



Via Digital Motors

Lucia Camargo Nunes (*)

Changan inicia abertura de lojas e planeja produção nacional

A Caoa Changan inicia as entregas da sua rede de concessionárias no Brasil em 2026, com mais de 50 unidades previstas. A rede inclui também mais de 40 oficinas integradas ao sistema logístico da empresa.

A operação contará com vendedores e mecânicos treinados pela montadora. O Centro de Distribuição Caoa mantém estoque de mais de 1 milhão de peças, com capacidade declarada de atender 99% da demanda das oficinas em poucos dias.

Nos próximos dias, a rede será o canal de apresentação do primeiro veículo da marca produzido localmente no Brasil. A empresa não divulgou ainda oficialmente o modelo ou segmento, mas fontes do mercado afirmam ser o SUV médio Unit T, com produção em Anápolis (GO).

Na próxima semana é aguardada a visita do presidente Lula à planta, para dar início às operações.

A Caoa Changan é uma nova marca dentro do grupo Caoa, que já opera no Brasil com outras montadoras (Chery) e mantém estrutura de distribuição e pós-venda no setor automotivo nacional.

Divulgação



Caoa Changan Unit T.

Denza inaugura loja em Brasília e habilita supercarregador

A Denza, marca de luxo da BYD, inaugurou sua primeira concessionária em Brasília, operada pelo Grupo Saga. A marca registrou 32 emplacamentos do SUV B5 em janeiro e 50 em fevereiro, o que correspondeu a cerca de 30% de participação no segmento premium do Distrito Federal nos dois meses.

A rede Denza no Brasil passa a contar com três pontos: São Paulo, Brasília e uma unidade em soft opening no Rio de Janeiro. A previsão é encerrar 2026 com 22 concessionárias em operação.

Durante o evento, a BYD anunciou a instalação do primeiro carregador com tecnologia Flash do Brasil na unidade de Brasília, prevista para o primeiro semestre de 2026. O equipamento tem potência de 1.500 kW por conector e carrega a bateria de 10% a 70% em 5 minutos.

A meta é instalar mil carregadores Flash no Brasil até o fim de 2027. O primeiro modelo compatível com a tecnologia será o cupê elétrico Z9 GT, próximo lançamento da marca no país.



Denza Z9 GT.

BYD terá centro de testes no Rio de Janeiro

A BYD anunciou a criação do seu primeiro Centro de Testes e Avaliação Automotiva no Brasil, com investimento de R\$ 300 milhões. O projeto será desenvolvido no complexo do Aeroporto Internacional do Galeão, na Ilha do Governador (RJ).

A estrutura prevê pistas para testes de velocidade, potência, resistência e durabilidade, além de um circuito off-road e uma piscina para o teste de flutuação do modelo U8. O centro terá foco em desenvolvimento de tecnologias de direção autônoma e adaptação de soluções ao mercado brasileiro e latino-americano. A inauguração está prevista para 2028.

GAC inicia pré-venda de SUV compacto

A GAC iniciou a pré-venda do GS3 no Brasil. As reservas são feitas exclusivamente pela loja oficial da marca no

Mercado Livre, com sinal de R\$ 4 mil, valor descontado no ato da compra.

Os participantes da pré-venda recebem R\$ 4 mil de bônus e três revisões gratuitas. Os preços não foram divulgados ainda, mas estima-se que partam de R\$ 130 mil.

O GS3 é um SUV compacto equipado com motor 1.5 turbo a gasolina, com 170 cv e 25,5 kgfm de torque. Com o modelo, o portfólio da GAC no Brasil passa a ter seis veículos: Aion ES, Aion Y, Aion V, GS4 e Hyptec HT.

Ford lança opções de Ranger para o trabalho

A Ford coloca à venda a Ranger XL em três novas carrocerias: cabine simples, chassi cabine e cabine dupla, todas disponíveis com transmissão manual ou automática de seis velocidades. A linha passa a ter seis versões XL no total.

O motor é o 2.0 turbodiesel Panther, com 170 cv. A cabine simples tem capacidade de carga de 1.223 kg na versão manual e 1.170 kg na automática. A chassi cabine suporta 1.371 kg no manual e 1.318 kg no automático, e pode receber implementos como baú, eletricidade ou ambulância.

A autonomia declarada é de 860 km, com consumo combinado de 10,7 km/l e tanque de 80 litros.

Os preços partem de R\$ 248.600 para a chassi cabine manual e chegam a R\$ 282.600 na cabine dupla automática.



Ford Ranger XL 2026, cabine simples.

(*) - É economista e jornalista especializada no setor automotivo, editora do portal www.viadigital.com.br e do canal [@viadigitalmotors](https://www.youtube.com/channel/UCvialdigital) no YouTube. E-mail: lucia@viadigital.com.br

Pressão regulatória e cadeias mais complexas impulsionam gestão de riscos de terceiros em 2026

Especialistas apontam que empresas precisarão monitorar fornecedores em tempo quase real para reduzir riscos financeiros, reputacionais e operacionais.

A gestão de riscos de terceiros deve ganhar protagonismo nas estratégias de governança corporativa em 2026. O aumento da complexidade das cadeias de fornecedores, combinado com pressões regulatórias mais rígidas e maior digitalização das operações, tem levado empresas a revisar suas práticas de Third-Party Risk Management (TPRM), que envolve um conjunto de políticas e controles voltados à avaliação e monitoramento de fornecedores e parceiros.

A mudança ocorre em um contexto no qual incidentes envolvendo terceiros, como vazamentos de dados, fraudes societárias ou irregularidades trabalhistas, podem gerar impactos diretos no valor das empresas, no acesso a crédito e na reputação corporativa.

Segundo especialistas em compliance e governança, a tendência é que o TPRM deixe de ser um processo pontual de due diligence para se tornar um sistema contínuo de monitoramento de riscos. "Hoje as organizações precisam entender riscos em tempo qua-

se real. Incidentes envolvendo fornecedores se propagam rapidamente para clientes finais, mercados financeiros e para a reputação das empresas", afirma o especialista em governança corporativa, Roberto Gonzalez.

A intensificação das práticas de gestão de risco de terceiros também é resultado de mudanças regulatórias em diversos países. Autoridades têm ampliado exigências relacionadas à governança de fornecedores, especialmente em setores como serviços financeiros, tecnologia e indústrias reguladas.

As normas mais recentes exigem que empresas demonstrem capacidade de triagem, classificação e monitoramento de riscos associados a parceiros estratégicos. Além disso, cresce a expectativa de que organizações mantenham registros documentais detalhados sobre processos de avaliação e decisão relacionados à contratação de fornecedores.

"No setor financeiro, por exemplo, regras ligadas à segurança cibernética, prevenção à lavagem de dinheiro e proteção de dados ampliaram a responsabilização indireta das empresas. Mesmo quando uma atividade é terceirizada, a responsabilidade pela supervisão continua sendo

da organização contratante", afirma Alexandre Pegoraro, CEO da plataforma de compliance Kronoos.

Pegoraro aponta cinco movimentos principais que devem orientar as práticas de gestão de riscos de terceiros nos próximos anos. O primeiro é a substituição de análises pontuais por monitoramento contínuo de fornecedores, com atualização frequente de dados societários, financeiros e reputacionais.

O segundo envolve o uso crescente de plataformas tecnológicas especializadas, capazes de cruzar bases públicas, registros societários, processos judiciais e informações cadastrais para identificar conexões indiretas e potenciais conflitos de interesse. O terceiro pilar é a incorporação de critérios ESG nas avaliações de parceiros. Investidores e consumidores têm pressionado empresas a verificar práticas ambientais, trabalhistas e de governança ao longo de toda a cadeia produtiva.

A cibersegurança de fornecedores aparece como o quarto eixo central. Ataques a empresas terceirizadas têm sido cada vez mais utilizados como porta de entrada para incidentes de grande escala, o que aumenta a exigência por testes de resiliência e padrões

mais rigorosos de proteção de dados. Por fim, cresce a necessidade de integração entre áreas internas. Departamentos como compras, compliance, jurídico e tecnologia precisam atuar de forma coordenada para reduzir riscos operacionais decorrentes da fragmentação de processos.

"O avanço da digitalização também torna inviável a gestão manual de riscos de terceiros. O volume de dados disponíveis sobre empresas e suas estruturas societárias exige automação e ferramentas analíticas capazes de consolidar informações de múltiplas fontes", lembra Pegoraro.

Nesse cenário, soluções baseadas em analytics e inteligência de dados têm ganhado espaço para identificar mudanças societárias, conexões ocultas entre empresas e pessoas físicas, além de sinais de alerta relacionados a reputação, litígios ou exposição financeira. Algoritmos de análise preditiva também começam a ser utilizados para detectar variações relevantes em indicadores financeiros ou reputacionais de fornecedores, permitindo que empresas antecipem potenciais eventos adversos.

A crescente atenção ao risco de terceiros também tem repercussões em processos estratégicos, como fusões e aquisições.

Investidores institucionais têm exigido maior transparência sobre a dependência de fornecedores e possíveis riscos ocultos em cadeias de suprimentos. "O TPRM passa a ser visto não apenas como uma prática de compliance, mas como um mecanismo de proteção patrimonial e preservação reputacional", complementa Gonzalez.

Plataformas especializadas têm surgido para apoiar empresas nesse processo, com a utilização de cruzamento de dados societários, históricos empresariais e informações públicas para revelar conexões indiretas entre empresas e pessoas físicas, além de mudanças estruturais que podem representar riscos.

A tecnologia permite também identificar beneficiários finais, mapear estruturas societárias ao longo do tempo e detectar sinais de alerta que muitas vezes passam despercebidos em análises tradicionais. Em um ambiente marcado por maior pressão regulatória e expectativas crescentes de transparência, especialistas apontam que o TPRM em 2026 deixa de ser apenas uma formalidade documental. A tendência é que a gestão de riscos de terceiros se torne cada vez mais baseada em inteligência de dados e integrada às decisões estratégicas das empresas.